



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020

ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.02.50>

Recebido em: **29/08/2020**

Aprovado em: **01/09/2020**

INTERFACES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS, RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS E
EDUCAÇÃO BÁSICA NAS PESQUISAS

LIVIA JESSICA MESSIAS DE ALMEIDA

<https://orcid.org/0000-0002-2307-1763>

MARIA RITA SANTOS

THAISE DA PAIXÃO SANTOS

Esta pesquisa do tipo estado da arte identificou as produções acadêmicas publicadas no período de 2006-2017 acerca das políticas públicas para relações étnico-raciais na educação básica. Pesquisamos as bases de dados da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPED), nos Grupos de Trabalho (GT) 05 Estado e Política Educacional e Grupo de Trabalho 21 Educação e relações Étnico-raciais, o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Scientific Eletronic Library Online (SciELO). Em nossas análises, concluímos que apesar da ANPED adotar um GT específico de educação das relações étnico-raciais, bem como a Capes e a SciELO demonstrarem a existência de algumas produções, apontamos que há uma insuficiência de pesquisas diante da demanda nacional dessa área em todo o campo da educação.

Esta investigación tipo estado del arte identificó las producciones académicas publicadas en el período 2006-2017 sobre políticas públicas para las relaciones étnico-raciales en la educación básica. Se realizaron búsquedas en las bases de datos de la Asociación Nacional de Investigadores en Educación (ANPED), en los Grupos de Trabajo (GT) 05 Estado y Política Educativa y Grupo de Trabajo 21 Educación y Relaciones étnico-raciales, Banco de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento Personal de Educación Superior (Capes) y Scientific Eletronic Library Online (SciELO). En nuestro análisis, concluimos que si bien la ANPED adopta un GT específico sobre educación de las relaciones étnico-raciales, así como Capes y SciELO demuestran la existencia de algunas producciones, señalamos que existe una investigación insuficiente ante la demanda nacional en esta área a lo largo de todo el año el campo de la educación.

This state-of-the-art research identified the academic productions published in the period 2006-2017 about public policies for ethnic-racial relations in basic education. We searched the databases of the National Association of Researchers in Education (ANPED), in Working Groups (WG) 05 State and Educational Policy and Working Group 21 Education and ethnic-racial relations, the Bank of Theses and Dissertations of the Improvement Coordination Higher Education Personnel (Capes) and Scientific Electronic Library Online (SciELO). In our analysis, we conclude that although ANPED adopts a specific WG on education of ethnic-racial relations, as well as Capes and SciELO demonstrate the existence of some productions, we point out that there is an insufficient research in view of the national demand in this area throughout the field of education.

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram o período de maior efervescência no Estado brasileiro acerca de estudos dos temas políticas públicas, educação básica e relações étnico-raciais, tendo em vista as aceleradas transformações que afetam a sociedade, a educação e a escola. Entretanto, a interface dessas pesquisas pouco aconteceu, pois são mínimas produções acadêmicas em educação que focalizam o exame da política educacional para as relações étnico-raciais como universo de investigação a partir da educação básica. Tais afirmações partem das compreensões realizadas diante do levantamento das produções no sítio da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd), nos Grupos de Trabalho (GT) 05- Estado e Política Educacional e Grupo de Trabalho 21-Educação e relações Étnico-raciais, no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período de 2006-2017.

A escolha desse espaço temporal contempla os últimos 14 anos de produção sobre a intersecção dos temas, sendo também posterior aprovação da Lei nº 10.639/03 que significa a abertura de uma área de estudos no campo das políticas educacionais devido às obrigações legislativas dos entes federados na efetivação de uma educação antirracista. Além disso, engloba a aprovação da Lei nº 11.645/08, o Plano de Implementação Nacional das referidas leis e as Diretrizes Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2010).

Nessa perspectiva, selecionamos pesquisas que contenham em seus títulos os seguintes descritores: a) políticas educacionais e relações étnico-raciais; b) ações afirmativas para educação básica; e, c) Lei nº 10.639 e política educacional. Após identificar os trabalhos, para fins de análise dessas produções, fizemos a leitura dos resumos, no caso das teses e dissertações, e dos textos completos quando disponibilizados, no caso dos artigos. Nas buscas no sítio da Capes utilizamos alguns refinadores devido ao grande número de pesquisas encontradas, tais como: período (2006-2017), área de concentração (ciências humanas), área de conhecimento (Educação) e programa (Educação). Assim, nesta pesquisa do tipo estado da arte, descrevemos e analisamos as produções acadêmicas publicadas nos últimos 14 anos acerca das políticas públicas para relações étnico-raciais na educação básica, com vistas a mapear as produções acadêmicas que envolveram essa especificidade no campo da política pública.

2. ANPED

As pesquisas publicadas pela ANPEd contemplam as reuniões de 33º a 38º, selecionamos os Grupos de Trabalho 05 Estado e Política Educacional e o 21 Educação e relações étnico-raciais, por serem os GTs que mais concentram pesquisas que dialogam e se assemelham com o nosso recorte. Inicialmente as buscas foram feitas a partir dos títulos dos trabalhos, e, depois de avaliar que se encaixavam nos descritores selecionados, partimos para leitura dos trabalhos completos e/ou resumos, de acordo com a disponibilidade nos sítios das reuniões, alguns somente disponibilizam os resumos e outros apenas a programação dos GTs dificultando o mapeamento. Ainda ressaltamos que devido à ausência dos descritores selecionados em conjunto, na busca desse banco de dados, também elencamos diversos trabalhos apenas considerando a “Lei 10.639” como descritor individual. No quadro 01 apresentamos as pesquisas organizadas por reunião/ano que corresponderam aos descritores selecionados para em seguida descrevê-las, respectivamente.

Quadro 01 - Trabalhos publicados na ANPEd 2007-2020

Reunião	GT	Trabalhos	Autores /Instituições
		Os professores de arte e a inclusão: o caso da	

29º/2006	GT21	Lei 10.639/2003	Maria Cristina Rosa
	GT05	-	
30º/2007	GT21	“Quem não pode atalhar, arroteia! ”: reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores agentes da Lei 10.639/03	Amauri Mendes Pereira/UCAM
	GT05	-	-
31º/2008	GT21	Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas	Regina de Fátima de Jesus/UERJ
	GT05	-	-
32º/2009	GT21	Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03	Maria Elena Viana Souza/UNIRIO
		Aprendizagens de um grupo de futuros professores de química na elaboração de conteúdos pedagógicos digitais: em face dos caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639 de 2003	Juliano Soares Pinheiro e Rejane Maria Ghisolfi Silva/UFU
	GT05	-	-
33º/2010	GT21	Não foi possível contabilização.	
	GT05	Não foi possível contabilização.	
34º/2011	GT21	Considerações sobre a (não)implementação da Lei 10.639/03 em escolas públicas do município do Rio de Janeiro	Maria Elena Viana Souza/UNIRIO
	GT05	-	-
35º/2012	GT21	A política educacional de implementação da Lei 10.639/2003 na rede pública municipal de ensino de Nova Iguaçu: prática inovadora e eficaz para a superação da desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira?	Sandra Regina de Souza Cruz e Ana Paula Cerqueira Fernandes/ UFRRJ
	GT05	-	-
36º/2013	GT21	-	-
	GT05	-	-
37º/2015	GT21	O enraizamento institucional da Lei nº. 10.639/2003 na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica	Laura Fernanda Rodrigues da Rocha/UFOP e UFMG
		O que “dizem” as crianças no contexto das Políticas de ações afirmativas?	Simone Vanzuita/UFSC
		A Lei nº 10.639/2003 nas escolas pernambucanas: políticas e práticas curriculares para sua implementação	Auxiliadora Maria Martins da Silva e Maria da Conceição dos Reis/UFPE
	GT05	-	-
38º/2017	GT21	Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da Educação Infantil: experiências de Florianópolis/SC	Thaís Regina de Carvalho/UFPR
		Ações Afirmativas na educação básica em uma escola de excelência	Mônica Andréa Oliveira Almeida /PUC-Rio
	GT05	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme este quadro, na 29ª Reunião, ocorrida em 2006, apenas o trabalho de Maria Cristina Rosa, intitulado “Os professores de arte e a inclusão: o caso da Lei 10.639/2003” correspondeu aos descritores, investigando junto aos docentes a existência de práticas de ensino em consonância com os pressupostos da Lei nº 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, sendo realizada com os professores de Artes Plásticas na rede Municipal de Ensino de Florianópolis-SC.

Na 30ª reunião, em 2007, apenas correspondeu aos descritores a produção apresentada por Pereira (2007), intitulada “Quem não pode atalhar, arroteia!”: reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores agentes da Lei 10.639/03”, que discutiu os entraves primordiais e comuns entre educadores(as) na implementação da Lei, contemplando desde a ingenuidade com que são assimiladas as temáticas, conceitos, conteúdos até às dificuldades para com algumas questões básicas, como o conceito de História e Cultura Afro-brasileira e a articulação de conteúdos capazes de dar conta da sua complexidade.

Em 2008, o texto “Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas” produzido por Jesus, investigou as micro-ações afirmativas cotidianas que fazem parte das práticas pedagógicas de professoras da rede pública de ensino dos municípios de São Gonçalo e do Rio de Janeiro-RJ. Dessa forma, a autora revelou que as micro-ações afirmativas evidenciadas nas práticas pedagógicas de professores(as) da rede pública de São Gonçalo, muito têm a nos ensinar, pois trazem a sabedoria de uma “comunidade afrodescendente”, que ao por práticas emancipatórias vai reencontrando e se “re-encantando” com suas raízes. Já o artigo de Souza (2009) intitulado “Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03” contribuiu para esse debate através de diálogos com alguns estudiosos do campo do currículo. Dessa maneira, o autor investiga como os princípios da Lei podem contemplar algumas metas do parecer e quais são as possibilidades desses princípios serem implementados nas escolas de ensino fundamental em que o silêncio sobre a problemática racial ainda faz parte da postura de alguns(mas) professores(as).

“Aprendizagens de um grupo de futuros professores de química na elaboração de conteúdos pedagógicos digitais: em face dos caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639 de 2003”, elaborado por Pinheiro e Silva (2009), objetivou analisar e identificar quais foram as aprendizagens de um grupo estudantes de um curso de licenciatura em química de uma universidade federal, no estado de Minas Gerais, envolvidos na produção de conteúdos digitais para o ensino de química na perspectiva de implementação da Lei nº 10.639/03. No texto “O enraizamento institucional da Lei nº 10.639/2003 na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica”, produzido por Rocha (2015), apresentou os resultados de uma pesquisa de mestrado em educação que verificou a implementação da Lei nº 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Em seu processo investigativo o autor realizou um levantamento de documentos na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/PR (SEPPIR), com relatórios de implementação da Lei produzidos por algumas instituições da rede, bem como análises dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) destas instituições.

O trabalho publicado “O que “dizem” as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas?” de Vanzueta (2015) discutiu as relações e interações entre crianças em momentos de observação participativa realizados durante a pesquisa de mestrado que objetivou analisar práticas pedagógicas em uma instituição de Educação Infantil, com atendimento de 0 a 5 anos, partindo das orientações na implementação da Lei nº 10.639/03, bem como se essas ações refletem em alguma medida modificações nessas relações. O texto “A lei nº 10.639/2003 nas escolas pernambucanas: políticas e práticas curriculares para sua implementação”, de Auxiliadora Maria Martins da Silva e Maria da Conceição dos Reis (2015), buscou compreender como a Lei nº 10.639/2003, após 10 anos de sua promulgação, tem sido implementada pelos sistemas públicos e particulares de ensino de Pernambuco e possibilitado a construção de políticas e práticas curriculares de educação das relações étnico-raciais, baseadas nos princípios educativos difundidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A produção “Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC” realizada por Carvalho (2017) abordou aspectos referentes à política de formação continuada ofertada pela rede municipal de Florianópolis/SC. A pesquisa tratou dos cursos e palestras ministrados entre os anos 2009 a 2016 que discutiram a educação das relações étnico-raciais e apresentaram como público-alvo as profissionais da Educação Infantil. Para tanto, a autora realizou a coleta de dados na Diretoria de Educação Infantil e na Gerência de Formação Permanente, ambas da Secretaria Municipal de Educação. Na constituição das análises se ancoraram nos estudos sobre Educação Infantil, relações raciais e formação de docentes.

As análises de Almeida (2017) expressadas no texto “Ações afirmativas na educação básica em uma escola de excelência” apresentou alguns dados de uma escola de educação básica considerada de excelência, pelo ensino inovador e por ser ligada a uma universidade pública estadual, que em 2014 implementou políticas de ação afirmativa em seus processos seletivos de ingresso. Nessa compreensão, o objetivo da pesquisa se concentrou em investigar como se deu o processo de implementação da Legislação Estadual nº 6.434/13 que determinou a implantação das políticas afirmativas na modalidade de cotas raciais, sociais e para pessoas com deficiência.

O artigo “Considerações sobre a (não)implementação da lei 10.639/03 em escolas públicas do município do Rio de Janeiro”, produzido por Souza (2011), trouxe considerações sobre as dificuldades e justificativas para a não implementação da Lei nº 10.639/03 em algumas escolas públicas de Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro. Esse artigo trata de parte dos resultados de uma pesquisa que investigou as relações raciais no cotidiano escolar e adotou como procedimento metodológico uma análise teórica que pudesse fundamentar e refletir sobre respostas obtidas dessas escolas, sobre os motivos pelos quais não estavam implementando a Lei nº 10.639/03. Nesse sentido, concluiu que essa política busca homogeneizar os estudantes da rede pública municipal, classificando-os dentro de uma proposta considerada neutra e imparcial, não considerando, entre outras coisas, o pertencimento racial, social, diferenças de gênero, orientação sexual, credo e religião (SOUZA, 2011).

Nas análises sobre a disposição, configuração e publicação dos trabalhos da ANPED no GT21 de Educação e Relações Étnico-raciais verificamos que quando se trata de políticas educacionais existe um número mais significativo de pesquisas que contemplam o ensino superior quando comparadas as pesquisas para educação básica. No GT05 de Estado e Política Educacional não existem pesquisas que tratem dessas discussões em qualquer nível ou etapa/modalidade de ensino, reproduzindo a ideia de que os trabalhos sobre políticas educacionais para educação das relações étnico-raciais somente podem ser publicados no GT21, mesmo com discussões dessas políticas englobando de forma evidente o objetivo das publicações deste grupo.

3. SciELO

Na base de dados da SciELO com o primeiro descritor “Políticas educacionais e relações étnico-raciais” não foram encontrados resultados. Já com o segundo, “Ações afirmativas para educação básica”, encontramos três trabalhos, destes apenas um se assemelhava ao nosso objeto. Com o terceiro descritor, “Lei nº 10.639 e política educacional”, encontramos 10 trabalhos, destes apenas três foram considerados nesta investigação por ter como locus de pesquisa a educação básica. As quatro pesquisas encontradas foram elencadas no quadro 02 para, em seguida, serem descritas de acordo com objeto, metodologia e resultados.

Quadro 02- Trabalhos publicados na base SciELO

ANO	TRABALHOS	AUTOR	INSTITUIÇÃO
-----	-----------	-------	-------------

2008	Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios	Sônia Querino dos Santos e Santos; Vera Lúcia de Carvalho Machado	PUC-Campinas
2013	As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa	Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus	UFMG
2013	Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços	Florentina da Silva Souza e Letícia Maria da Souza Pereira	UFBA
2013	Dilemas e aporias subjacentes aos processos de implementação da Lei 10.639/2003	Moisés de Melo Santana, Itacir Marques da Luz e Auxiliadora Maria Martins da Silva	UFRPE

Fonte: Dados da pesquisa

O artigo “Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei nº 10.639) e novos desafios” de Santos e Machado (2008) analisou como o processo de identificação é construído no plano simbólico, nas opções curriculares, nas metáforas interditas que permeiam as ideias pré-concebidas que carregamos. Segundo as autoras, “nem sempre o diferente que vemos nos encanta, pelo contrário, muitas vezes nos desafia e nos faz revisar nossas opções individuais e nossos valores” (p.2).

A produção “As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa” elaborada por Gomes e Jesus (2013) envolveu cinco Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de universidades públicas federais brasileiras e apresenta os dilemas, desafios e limites do processo de implementação do ensino de História da África e das Culturas Afro-Brasileiras nas escolas públicas e privadas da educação básica brasileira. De acordo com as autoras, o processo de implementação dessa legislação torna-se imprescindível para compreender os desafios da política pública em educação e a diversidade, bem como os novos elementos de análise para a pesquisa educacional.

O texto “Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços”, de Souza e Pereira (2013), analisou os embates e sucessos encontrados por estudantes e docentes de escolas públicas no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a implementação da Lei nº 10.639/2003. Para tanto, optaram como metodologia: entrevistas, grupos de discussão e observações feitas em escolas de quatro estados da região Nordeste durante a pesquisa nacional “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei 10.639/2003”. Assim, as autoras constataram que, não obstante algumas experiências exitosas, a maioria do corpo docente, gestores/as e funcionários/as das escolas investigadas carece ainda de melhorar as informações e conhecimentos sobre a Lei nº 10.639/03, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, além de outros documentos de orientação para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Por último, nesta base de dados, apresentamos o artigo “Dilemas e aporias subjacentes aos processos de implementação da Lei 10.639/2003” de Santana, Luz e Silva (2013), que envolveu os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte, realizada em 2009, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Ministério da Educação (MEC), bem como foi coordenada pelo Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa pesquisa indicou que a Educação das Relações Étnico-Raciais somente superaria seus dilemas e aporias fundamentais quando a educação escolarizada incorporar efetivamente o princípio da diversidade cultural humana enquanto eixo orientador das práticas

educativas escolarizadas, bem com a necessidade do Estado desenvolver programas estruturadores que articulem os processos de formação inicial e continuada de professoras/es.

Após a leitura e descrição das pesquisas observamos que na base de dados da SciELO existe um número mínimo de pesquisas que abordam a temática em discussão, pois apenas encontramos quatro produções a partir dos descritores selecionados. A maioria das pesquisas foi publicada em 2013, por causa um dossiê específico para educação para as relações étnico-raciais. Na leitura dos resumos dos trabalhos, observamos que as produções focam na análise da implementação da Lei nº 10.639/03 apontando as dificuldades enfrentadas quando se trata de efetivar essa parte da política educacional.

4. Capes

No Banco de Teses e Dissertações da Capes com o primeiro descritor “políticas educacionais e relações étnico-raciais” encontramos 48.963 pesquisas, após aplicação do refinamento da pesquisa por período, programa e área de concentração, esse número foi reduzido para 920 trabalhos acadêmicos. Dentre esses, apenas 10 possuíam a especificidade das relações étnico-raciais, mas quando observado a restrição do foco na educação básica esse número reduziu para dois trabalhos, quais sejam: “Representações sociais sobre educação étnico-racial de professores de Ituiutaba - MG e suas contribuições para a formação docente” produzido por Luciane Ribeiro Dias Gonçalves (2011) e “Professora negra e prática docente com a questão étnico-racial: a "visão" de ex-alunos” de Eva Aparecida da Silva (2008). Entretanto, essas produções não dialogaram diretamente com o nosso objeto de investigação.

Com o segundo descritor, “Ações afirmativas e educação básica”, encontramos 35.138 resultados, quando aplicados informações para o refinamento da pesquisa chegamos ao número de 1.678, ao analisar os títulos das pesquisas selecionamos aquelas que mais se aproximaram do objeto desta pesquisa. Nas leituras dos títulos para seleção dos trabalhos observamos que mesmo o descritor contendo a palavra-chave “educação básica” a maioria estava direcionada para a discussão das ações afirmativas no ensino superior, portanto, não foram consideradas. Do mesmo modo, aquelas que contemplavam a educação básica não se destinavam as discussões envolvendo as ações afirmativas tratavam de outros temas de estudo.

Com o refinamento e a leitura dos títulos apenas três trabalhos corresponderam as discussões de ação afirmativa e educação básica, conforme apresentado no quadro 03:

Quadro 03 - Trabalhos publicados na base de teses e dissertações da Capes com o descritor “Ações Afirmativas e Educação Básica”

Ano	Trabalhos	Autor	Tipo/Instituição
2009	Ações afirmativas para a população negra nos centros federais de educação tecnológica	Iraneide Soares da Silva	Dissertação/UFC
2010	Do contexto da influência ao contexto da prática: caminhos percorridos para a implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas municipais de Esteio-RS	Wagner dos Santos Chagas	Dissertação/ UNISINOS
2010	Lei federal nº 10639/03: um desafio para a educação básica no Brasil	Leonardo de Oliveira Gonçalves	Dissertação / UNISANTOS

Fonte: Dados da pesquisa

A dissertação “Ações afirmativas para a população negra nos centros federais de educação tecnológica”, realizada em 2009 por Silva, pesquisou as políticas de ações afirmativas para a população negra na educação técnica e tecnológica. Para tanto, a autora parte de um estudo de caso no Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com o propósito de identificar a implementação da Lei nº 10.639/03 nesse centro de educação, no caso de haver políticas dessa natureza, verificar qual o impacto no referido centro. Utilizou a observação e entrevistas como metodologia e constatou que as políticas públicas de ações afirmativas almejadas pelo povo negro no Brasil ainda estavam distantes da realidade daquela escola.

A pesquisa “Do contexto da influência ao contexto da prática: caminhos percorridos para a implementação da lei nº 10.639/03 nas escolas municipais de Esteio-RS” de Chagas (2010) analisou como a Lei nº 10.639/03 foi recontextualizada no decorrer da prática do grupo de estudos formado por professores da rede municipal de ensino. Trata-se de um estudo de caso qualitativo por meio da análise de documentos, da entrevista semiestruturada e do diário de campo. Assim, concluiu que os(as) professores(as) não tomam os textos da política como meros executores, esses(as) autores(as) sociais foram capazes de interpretar, reinterpretar e recriar as políticas no contexto das práticas cotidianas das escolas.

Gonçalves (2010) em seu trabalho intitulado “Lei federal nº 10.639/03: um desafio para a educação básica no Brasil” investigou como os(as) professores(as) do ensino público estadual da cidade de Guarujá estavam praticando as determinações da Lei nº 10.639/03 e como estavam sendo preparados para essa implementação. Para a realização da pesquisa utilizou entrevistas e aplicação de questionários para professores(as) do ensino médio e fundamental. Os resultados apontaram para a ausência de discussão da temática racial considerando que a questão somente é tratada em datas comemorativas. Ainda observou que os(as) professores(as) não conheciam na íntegra o teor da legislação em questão e acreditam não ser necessária uma legislação específica para tratar da questão étnico-racial nas instituições escolares, ratificando indiretamente o mito da democracia racial.

Com o terceiro descritor “Lei 10.639 e política educacional” encontramos inicialmente 27.685 pesquisas, com o refinamento o número foi reduzido para 520 trabalhos, dentre esses foram selecionados aqueles que mais se assemelham ao objetivo desta pesquisa, e foram organizadas por data no quadro 04 e descritas em seguida.

Quadro 04 - Trabalhos publicados na base de teses e dissertações da Capes com o descritor “Lei 10.639 e política educacional”

Ano	Trabalhos	Autor	Tipo/Instituição
2008	Políticas de educação no Brasil: desafios e possibilidades educacionais das relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	Vera Lucia Sanson Cadini	Dissertação/ UPF
	Políticas públicas em		

2009	educação para negros: a implementação da lei 10.639/03 no estado do Paraná	Isabel da Silva	Dissertação/ UTP
2009	O movimento social negro: da contestação as políticas de ações afirmativas e a implicação para a aplicação da lei 10.639/03: o caso da rede municipal de ensino de Santa Maria - RS	Marta Iris Camargo Messias	Tese/UFBA
2010	A tramitação da lei n. 10.639 de 2003: a construção de uma política pública educacional no Brasil no congresso nacional e no conselho nacional de educação	Ana Paula Lacerda Dornelles	Dissertação/ PUC-Minas
2011	Educação e relações étnico-raciais: diálogos e silêncios sobre a implementação da lei nº 10.639/2003 no município de Goiânia	Cecília Maria Vieira	Dissertação/ UFGO
2012	A lei 10.639/03 e as políticas educacionais: debates e tendências	Anete Julia Kornowski Sberse	Dissertação/ UPF

2014	A lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais de Campinas	Isabel Passos de Oliveira Santos	Dissertação/ UEC
2015	Nós temos uma lei e agora: A lei 10.639/03: entre práticas e políticas curriculares - Londrina (2008-2010)	Rosemeire dos Santos	Dissertação/ UEL

Fonte: Dados da pesquisa

A primeira pesquisa elencada no quadro acima, elaborada por Cadini (2008), discute os desafios e as possibilidades da educação das relações étnico-raciais e do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no contexto da Lei nº 10.639/03 e das DCNERER estabelecidas pelo Parecer nº 003/2004 do Conselho Nacional de Educação. A pesquisa discutiu esses problemas, tendo como objetivos conhecer a Lei, a trajetória do movimento social negro e os fundamentos legais para uma educação das relações étnico-raciais e, também, discutir as possibilidades e limites da escola em efetivar a exigência legal. A autora optou por uma pesquisa bibliográfico-documental da qual fazem parte a produção de autores clássicos sobre o tema e das contribuições do movimento negro, bem como a documentação que inclui a Constituição de 1988, a LDB de 1996, a Lei nº 10.936/2003, o Parecer nº 003/2004, entre outros.

Já Silva (2009) abordou as políticas públicas na educação para população negra no Brasil com o objetivo realizar uma análise da Lei nº 10.639/03, discutindo as dificuldades de implementação desta Lei no Brasil e, especificamente, no Estado do Paraná. A conclusão apontou para os limites das políticas públicas na implementação da referida lei, sendo um dos obstáculos a falta de formação continuada de professores para trabalhar com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, pois instrumentá-los possibilita as discussões e debates em sala de aula. Por outro lado, também observou-se que a implementação da lei não se efetivou principalmente por conta do preconceito racial impregnado nas próprias estruturas da escola.

Messias (2009) selecionou como objeto a implementação da Lei nº 10.639/03, analisando as ações da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria-RS para implementação da lei, sua relação com o universo escolar e com o movimento negro local. Na análise de dados, utilizou a técnica de triangulação de dados, em que considerou-se como base as DCNERER, relacionando-as com as ações da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria e a percepção das lideranças do Movimento Negro em níveis nacional, estadual e local. Para o autor, avança-se na compreensão de como a educação passa a figurar nas bandeiras de luta do movimento negro como instrumento de combate ao racismo e reconstrói-se o percurso das ações afirmativas no mundo e no Brasil, contextualizando como este debate tem impactado na sociedade brasileira e sua implicação para a educação desde o nível fundamental até o nível superior.

Dornelles (2010) investigou a tramitação da Lei nº 10.639/03, no recinto do Legislativo, através do Congresso Nacional, e no âmbito normativo pelo Conselho Nacional de Educação. De acordo com o autor, os processos que deram origem a lei foram estudados, por meio da análise documental em que

se constatou fortes embates no trâmite do processo no parlamento, por isso, a investigação foi realizada por meio da análise de conteúdo dos discursos, considerando os argumentos que os parlamentares desenvolveram, no decurso do debate parlamentar, especialmente, sobre a quase inexistência de embates incisivos na tramitação. Dorneles, concluiu que a lei vinha sendo demandada desde 1980 e está inserida entre as reivindicações e propostas do movimento negro na definição de um projeto político-educacional que faça desse reconhecimento uma mediação para a desconstrução de preconceitos e discriminações e um salto para a igualdade de todos com respeito ao direito à diferença (IDEM, 2010).

Na pesquisa de Vieira (2011) objetivou identificar se o curso de formação de professores sobre a História e Cultura Africana possibilitou a produção de diálogos ou a superação dos silêncios sobre as relações étnico-raciais entre os professores na Rede Municipal de Educação de Goiânia. O autor concluiu que a formação continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais não tem recebido, por parte dos gestores (federais, estaduais e municipais), a devida importância e que há uma resistência real do professorado quanto à temática racial e grande parte do silêncio e omissão aparentemente estava ligada não apenas ao desconhecimento das contribuições históricas da população negra à sociedade brasileira ou ao mito da democracia racial, mas também a outros determinantes que necessitam ser compreendidos (VIEIRA, 2011).

Sberse (2012) apresenta um estudo sobre o contexto em que se desenvolveram o processo de construção e a implementação da Lei nº 10.639/03, com o objetivo de analisar como a lei estava sendo efetivada nas escolas, as experiências e reflexões já realizadas, como foi entendida, vista e praticada no decorrer desse espaço de tempo em que foi promulgada e quais são os desafios e perspectivas no que tange ao seu cumprimento. Conforme o autor, foram utilizadas as questões discutidas em dissertações de mestrado e teses que enfocaram a temática das relações raciais desenvolvidas em programas de pós-graduação, tendo como base o Banco de Teses da Capes. Sberse relata que o papel e a contribuição do movimento negro na conquista da lei também foram analisados e destacados, por ser um movimento social partícipe e atuante na busca por direitos, pois cumpre um importante papel de construir uma sociedade multicultural, justa e humana, que aprende, respeita, valoriza e sabe viver com a diferença. Desse modo, a pesquisa revelou que eram muitos os entraves que contribuíram para a não efetivação da Lei e os desafios que dependem de forças e agentes internos e externos da escola (SBERSE, 2012).

No trabalho de Santos (2014) foi verificado como se deu o processo de implementação da Lei nº 10.639/03, nas escolas municipais do município de Campinas, no Estado de São Paulo, considerando a existência de duas leis municipais que já previam a inclusão da temática racial no currículo das escolas municipais anteriores a lei federal. A pesquisa documental foi realizada com análises dos diários oficiais do município da cidade de Campinas-SP, no período de 1990 a 2008, revelou que embora a questão racial tenha entrado na agenda do Governo no de 1990, através da Lei Orgânica do Município e na agenda da Secretaria da Educação, através da Portaria nº 1.163/90, os atos normativos que indicavam a adequação do currículo escolar das escolas da Secretaria Municipal de Educação, no sentido ao atender ao disposto nas legislação municipal, somente foram elaborados a partir da publicação da Lei nº 10.639/03 (SANTOS, 2014). Outros atos se seguiram a partir de uma política de formação através cursos de capacitação, oficinas, criação de um programa voltado especificamente para a formação dos gestores, professores e funcionários, exposições, palestras, dentre outros, que levaram a temática para dentro do espaço escolar e em consequência uma adequação do currículo que atendesse ao disposto pela legislação vigente (IDEM, 2014).

Santos (2015) apresentou uma discussão a respeito da implementação e efetivação da Lei nº 10.639/03 no município de Londrina, para isso utilizou os documentos oficiais produzidos pelos(as) professores(as): Planejamentos, Livros de Registros de Sala de Aula, Projeto Político Pedagógico, bem como a Coleção Projeto Araribá de história e questionários respondidos pelos(as) professores(as), dessa forma, realizou uma investigação de como os conteúdos sobre História e Cultura da Africana e Afro-brasileira aparecem nesse conjunto de documentos. Nesse sentido,

verificou se a Lei tem sido aplicada e de que forma, para isso confrontou os diferentes documentos, analisou os planejamentos de algum trabalho com a legislação, se haviam registros do trabalho realizado e por fim, comparou essas análises a fala dos professores sobre o trabalho desempenhados por eles com os conteúdos da Lei nº 10.639/03. Concluiu que o trabalho encontrou grandes divergências entre os diferentes documentos, assim como não houve uma convergência desses documentos com a exposição dos(as) professores(as).

Nos trabalhos analisados, observamos a partir das análises dos autores e autoras que a implementação da Lei nº 10.639/03, mesmo após mais de 17 anos de sua aprovação e das denúncias dos movimentos sociais negros, ainda não é prioridade nas políticas desenvolvidas, nas práticas de formação de professores e outros diversos campos da educação. Isso revela a existência de um racismo institucional e estrutural na medida em que há a ausência de uma vontade política na adoção de ações específicas que afirmem a necessidade das bases de transformação ofertadas pela educação das relações étnico-raciais nas escolas.

5. INTERFACES ENTRE AS PESQUISAS

Com a análise das pesquisas observamos uma insuficiência quando se trata de pesquisas que envolvem o exame das políticas públicas para educação das relações étnico-raciais, evidenciando a necessidade de estudos aprofundados sobre essas políticas específicas. Na tabela 01 demonstramos essa pequena quantidade, ainda que trate de um período de muitas reivindicações dos movimentos negros e de aprovação de diversas legislações que asseguram juridicamente a educação para as relações étnico-raciais.

Tabela 01: Pesquisas publicadas por ano nos bancos de dados (2006-2017)

Ano	CAPES	SCIELO	ANPEd
2006	-	-	1
2007	-	-	1
2008	1	1	2
2009	2	-	-
2010	4	-	1
2011	1	-	1
2012	1	-	1
2013	-	3	-
2014	1	-	-
2015	1	-	3
2016	-	-	-
2017	-	-	2

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 01 foi construída a partir do levantamento nos bancos de dados, dessa forma, visualizamos que em 2010 foi o período na Capes com o maior número de publicações de pesquisas em que contabilizando quatro produções, seguida pela ANPEd com três publicações, em 2015. Além disso, percebemos que nos anos investigados do período recortados as pesquisas superaram quatro publicações por banco de dados. Ao contrário, em 2006, 2007, 2013, 2016 e 2017 não foram

publicadas pesquisas com os descritores selecionados para esta investigação pela Capes, sendo a SciELO a plataforma de publicação que mais se ausentou na divulgação das pesquisas relacionadas a interface de políticas públicas, educação das relações étnico-raciais e a educação básica.

Tabela 2: Distribuição das pesquisas encontradas por região (2006-2017)

Região	(%)
Nordeste	18
Norte	-
Sul	30
Sudeste	48
Centro-Oeste	4

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 2 distribuímos as pesquisas encontradas por regiões em que foram produzidas, assim, percebemos uma concentração na região sudeste com 48%, seguida da região sul com 30%, enquanto apenas o percentual de 22% foi produzido nas regiões nordeste e centro-oeste, sendo que na região norte não obtivemos produção contabilizada neste estado da arte. Ressaltamos que todas as pesquisas encontradas sobre políticas públicas para educação das relações étnico-raciais com foco na educação básica se fundamentaram na Lei nº 10.639/03, dessa forma as produções investigaram a implementação em um contexto geral, contemplando diversas temáticas na mesma pesquisa, ou decidiram por investigar detalhadamente algumas especificidades. Nesse sentido, com a leitura das 27 publicações encontradas a partir dos descritores selecionados nos três bancos de dados, foi possível classificá-las a partir de quatro eixos, a saber: implementação da Lei nº 10.639/03 (estados, municípios e redes/escolas específicas); práticas pedagógicas, currículo e formação de professores; políticas de ações afirmativas educacionais e os movimentos negros; e, formulação de políticas e estado da arte.

No eixo “implementação da Lei nº 10.639/03” destacamos inicialmente a pesquisa regional de Souza e Pereira (2013) por realizar um estudo no nordeste sobre os embates e percalços da implementação da Lei. Nessa perspectiva, as pesquisas realizadas nos estados, de Silva e Reis (2015) em Pernambuco, publicada na reunião da ANPED, e a pesquisa de Silva (2009), publicada no sítio da Capes, no Paraná, apontam as mesmas denúncias, resguardadas às devidas proporções, sobre os limites dessas políticas públicas no processo de implementação. No âmbito municipal e nas análises de escolas e redes específicas, as pesquisas de Viana Souza (2011), Fernandes (2012) e Rocha (2015), na ANPED, Chagas (2010), Gonçalves (2010), Oliveira (2010) e Vieira (2011), na Capes, que estudaram a implementação nos municípios, verificaram as mesmas conclusões das pesquisas regionais e estaduais denunciando que a implementação da Lei, em sua plenitude, ainda encontra-se distante.

As pesquisas do eixo “práticas pedagógicas, currículo e formação de professores” poderiam ser classificadas como um subeixo do primeiro, uma vez que, entraram neste estado da arte por abarcarem em seus títulos ou resumos, perspectivas que direcionam para análise de um recorte da política, ou seja, tratam de aspectos específicos relacionados à implementação da Lei nº 10.639/03. Nessa direção, salientamos as produções de Pereira (2007), Jesus (2008), Vazuita (2015) e Gomes e Jesus (2013) que trouxeram para as pesquisas práticas pedagógicas ancoradas na implementação de ações afirmativas, nessa mesma linha destacamos as discussões de currículo de Souza (2009) e Silva (2009), além da pesquisa no âmbito da formação de professores de Carvalho (2017). Já no eixo “políticas de ações afirmativas educacionais e os movimentos negros”, foi possível destacar as pesquisas de Cadini (2008) e Messias (2009), que apontam para as discussões relacionadas os

movimentos negros como os principais agentes de pressão para a efetivação de uma educação para as relações étnico-raciais, seja no contexto da macropolítica com atuações no âmbito legislativo nacional ou no contexto local.

Ao observar as conclusões dessas pesquisas, dialogamos com Gomes (2017) quando sistematiza a contribuição do movimento negro por meio de cinco aspectos: a) a denúncia de que a escola reproduz e repete o racismo presente na sociedade; b) a ênfase na história de luta e resistência do povo negro; c) a afirmação da existência de uma produção cultural realizada pelos negros, com uma história ancestral que nos remete à nossa origem africana; d) a consideração de que existem diferentes identidades no espaço escolar; e e) a denúncia de que a estrutura excludente da escola precisa ser reconstruída para garantir o acesso à educação, a permanência e o êxito dos alunos de diferentes pertencimentos étnico-raciais e níveis socioeconômicos.

Nesse sentido, a construção de práticas pedagógicas fundamentadas em concepções outras de currículo e com a realização de políticas de formação de professores, poderá resultar em uma transformação efetiva “na construção de uma pedagogia da diversidade e garantir o direito à educação é saber mais sobre a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana” (GOMES, 2013, p. 54). Esses conhecimentos poderão ajudar a superar opiniões preconceituosas sobre os negros, a África, a diáspora; a denunciar o racismo e a discriminação racial e a implementar ações afirmativas, rompendo com o mito da democracia racial (GOMES, 2013).

Assim, no último eixo, “formulação de políticas e estado da arte”, evidenciamos as produções de Santos e Machado (2008), Dorneles (2010) que investigaram as disputas no processo de tramitação, as opções curriculares, bem como os agentes que fazem parte dessa luta. Sberse (2012) realizou uma análise das questões discutidas em dissertações de mestrado e teses que enfocaram a temática das relações raciais desenvolvidas em programas de pós-graduação, tendo como base o Banco de Teses e Dissertações da Capes.

Diante das pesquisas encontradas nos registros das reuniões da ANPED, no Banco de Teses e Dissertações da Capes e no sítio da SciELO, observamos a necessidade de ampliar o número de pesquisas que investiguem as políticas públicas para educação das relações étnico-raciais na educação básica como objeto de investigação, trazendo para o debate as participações de integrantes dos movimentos negros para mobilizar, de algum modo, novas abordagens e discussões em torno das questões étnico-raciais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre as políticas públicas de ações afirmativas na educação básica remete a atuação dos movimentos negros por uma educação antirracista, devido ao seu poder de resistência e de atuação determinante na construção de bases e ressignificação de conceitos para uma nova concepção de sociedade e de educação emancipatória. De par com essa compreensão, a universidade e outras instituições de pesquisa possuem um papel fundamental nesse processo, podendo auxiliar no desenvolvimento de pesquisas que tanto denunciem quanto apontam caminhos para a estruturação de políticas que contribuam na (re)construção do pensamento educacional brasileiro. Entretanto, essa contribuição ainda acontece de forma insuficiente, pois na base de dados da ANPED, inferimos que apesar do crescimento das publicações no GT21 desde a sua criação, o número de trabalhos que discutem as políticas educacionais para as relações étnico-raciais com foco na educação básica pouco sofreu alteração. Isso pode significar uma grande concentração de pesquisas de todas as vertentes e linhas da educação em seus diversos temas, níveis, etapas, modalidades e modelos em único lugar devido à especificidade das relações étnico-raciais, sendo que diversos trabalhos poderiam ser alocados em outros GTs primando pela transversalidade da discussão. Em outras palavras, a existência de um GT específico para a discussão de educação e relações étnico-raciais não deveria minimizar ou mesmo invalidar a publicação de trabalhos em outros GTs desta associação.

No banco de dados da Capes encontramos um maior número de pesquisas contemplando teses e dissertações, porém o número contabilizado ainda revelou uma insuficiência na realização de pesquisas durante o período pesquisado diante da grande demanda histórica dessa temática denunciada pelos movimentos sociais negros no Estado brasileiro. Essa conclusão observada na Capes também se repetiu no banco de dados da Scielo, em que observamos um número pequeno de pesquisas desenvolvidas que abordam a temática em discussão.

Portanto, a partir do mapeamento dessas produções consideramos que existe a necessidade de incentivo para a realização de pesquisas que contemplem as políticas públicas para educação das relações étnico-raciais, tendo como principal foco a educação básica, nas universidades brasileiras. Apesar da ANPEd adotar recentemente um GT específico de educação das relações étnico-raciais que incentivou a produção na área, a Capes e a SciELO demonstrarem a existência de pesquisas, mas é possível anunciar, diante dos dados levantados e analisados, que não são suficientes para demanda nacional em todas as áreas do campo educacional. Além disso, precisamos considerar que a maioria das pesquisas aqui analisadas denunciaram uma não efetivação dos processos de implementação da Lei nº 10.639/03 reafirmando ainda mais a necessidade de novas produções.

CADINI, Vera Lucia Sanson. **Políticas de educação no Brasil: desafios e possibilidades educacionais étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana** <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/18> Acesso em: 18 de mai. 2017.

CARVALHO, Tais Regina de. ALMEIDA, Mônica Andrea Oliveira. **Educação das relações étnico-raciais: formação continuada de professores/as da Educação Infantil: experiências de Florianópolis/SC.** http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT21_219.pdf Acesso em: 18 de mai. 2017.

CHAGAS, Wagner dos Santos. **Do contexto da influência ao contexto da prática: caminhos para a implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas municipais de Esteio-RS.** <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2001> Acesso em: 18 de mai. 2017.

CRUZ, Sandra R. de Souza. FERNANDES, Ana Paula C. **A política educacional de implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: prática inovadora e eficaz para a superação do étnico-racial presente na educação escolar brasileira?** Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=27700@1 Acesso em: 18 de mai. 2017.

PEREIRA, Amauri Mendes. **“Quem não pode atalhar, arroteia!”: reflexões sobre o desafio da práxis dos agentes da lei 10.639/03.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/quem-nao-pode-atalhar-arroteia-reflexoes-sobre-o-desafio-da-praxis-1063903> Acesso em: 18 de mai. 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03.** Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>. Acesso em: 03 de mar de 2013.

_____. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PEREIRA, Amauri Mendes. **“Quem não pode atalhar, arroteia!”: reflexões sobre o desafio da práxis dos agentes da lei 10.639/03.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/quem-nao-pode-atalhar-arroteia-reflexoes-sobre-o-desafio-da-praxis-1063903> Acesso em: 18 de mai. 2017.

PINHEIRO, Juliano Soares. Silva, Regine Maria G. **Aprendizagens de um grupo de futuros professores: elaboração de conteúdos pedagógicos digitais: em face dos caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639 de 2003.** Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT21-5301--Int.pdf> Acesso em: 18 de mai. 2017.

ROSA, Maria Cristina. **Os professores de arte e a inclusão: o caso da lei 10639/2003.** Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-2610--Int.pdf>

ROCHA, Laura Fernanda Rodrigues da. **O enraizamento institucional da Lei nº. 10.639/2003 na rede federal de ensino: o papel da pesquisa científica e tecnológica.** Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4019.pdf> Acesso em: 18 de mai. 2017.

SANTANA, Moisés de Melo, LUZ, Itacir Marques da e SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. **Dilemas subjacentes aos processos de implementação da Lei 10.639/2003.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602013000100008&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 21 de ago. 2017.

SANTOS, Sônia Querino; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. **Políticas públicas educacionais: antigas conquistas (Lei 10.639) e novos desafios.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000100007 Acesso em: 21 de ago. 2017.

SANTOS, Isabel Passos de Oliveira. **A lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais**

Dissertação de Mestrado. UNICAMP-Campinas, 2014.

SANTOS, Isabel Passos de Oliveira. **A lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais**. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_55abbf76b8dbe1bd5a8ed4ae5947359b Acesso em: 1

SBERSE, Anete Julia Kornowski. **A lei 10.639/03 e as políticas educacionais: debates e tendências.** <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/727?locale=en> Acesso em: 18 de mai. 2017.

SILVA, Auxiliadora Maria Reis Maria a conceição. **A Lei nº 10.639/2003 nas escolas pernambucanas: po curriculares para sua implementação.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalh> Acesso em: 18 de mai. 2017.

SOUZA, Florentina da Silva e PEREIRA, Letícia Maria da Souza. **Implementação da Lei 10.639/2003: ma e percalços.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602013000100005&script=sci_ε Acesso em: 21 de ago. 2017.

VANZUITA, Simone. **O que “dizem” as crianças no contexto das Políticas de ações afirmativas?** <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-que-dizem-criancas-no-contexto-das-politicas-de-acoes-afirmativas> de mai. 2017.

VIEIRA, Cecília Maria. **Educação e relações étnico-raciais: diálogos e silêncios sobre a implement 10.639/2003 no município de Goiânia.** Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2026> A mai. 2017.

GONÇALVES, Leonardo de Oliveira. **Lei federal nº 10639/03: um desafio para a educação básica no Br em:** <http://biblioteca.unisantos.br:8181/handle/tede/191> Acesso em: 18 de mai. 2017.

http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_DornellesAP_1.pdf Acesso em: 18 de mai. 2017.

Os resultados apresentados neste artigo são oriundos da pesquisa de doutorado intitulada “Políticas públicas relações étnico-raciais em Feira de Santana-Bahia (2006-2016)”.

Definido pela ANPED como “um campo de confluência de estudos e pesquisas de âmbito nacional e de políticas públicas em educação: relações governamentais e de articulação entre atores diversos?”. Discute a formulação e implementação de políticas em educação; análise das repercussões das políticas públicas na educação superior e nas modalidades de ensino; gestão pública do sistema educacional brasileiro e pesquisas comparativas sobre mudanças institucionais e mudanças sociais no campo educacional; modelos de formulação e análise de políticas em educação; e, relações de poder e governo no campo educacional?”. Disponível em: <http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt05-estado-e-politica-educacional>. Acesso em: 10 de out. 2017.

O Grupo de Trabalho (GT) 21 da ANPED, intitulado Educação e Relações Étnico-Raciais, foi criado oficialmente no 1º Congresso Anual da Associação, em 2001, sendo integrado por pesquisadores e pesquisadoras negros e não-negros. A sede científica está localizada na área das Relações Étnico-Raciais e Educação. Nas primeiras reuniões do Grupo de Trabalho 21 era denominado de “Afro-brasileiros e Educação”, a partir da Reunião 32ª passou a se chamar “Relações Étnico-raciais”, vale destacar que esse GT foi criado somente 26 anos depois da criação da associação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt21-educação-e-relações-étnico-raciais>. Acesso em: 10 de out. 2017.

Professora Adjunta do Departamento de Educação (DEDI) Universidade Federal de Sergipe (UFS);
E-mail: livia.ljma@gmail.com

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bolsista Capes. E-mail: mrita.sant@gmail.com

Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: thaise pedagogadaeja@gmail.com.